

Crise econômica: fatos em uma história de valores-notícia no jornalismo brasileiro

**Maria Lúcia de Paiva
Jacobini**

Doutora em Comunicação e
Semiótica pela Pontifícia
Universidade Católica de São
Paulo e docente do curso de
Jornalismo da PUC-Campinas.

Resumo: Diante da persistência dos efeitos da crise econômica, no Brasil e no mundo, e da maneira como os meios de comunicação são os responsáveis por selecionar o que foi e é divulgado sobre esse cenário para seu público, este artigo propõe um olhar sobre a evolução dos fatos da crise e sobre o que foi transformado em notícia. A partir de uma discussão sobre os valores-notícia e uma visão geral sobre a presença da economia no jornalismo, é apresentada uma evolução da crise em quatro etapas – seu início, sua expansão, a chegada ao Brasil e as reações diante das medidas tomadas pelo então governo brasileiro. Em cada momento, são avaliados os eventos que podem ser considerados mais interessantes para o jornalismo e sugeridos os principais valores-notícia envolvidos no processo de produção do noticiário. Para tanto, são usados pensadores que avaliam criticamente o contexto de crise, a exemplo de Zizek e Bauman, e autores que discorrem sobre o jornalismo, como Kucinski e Wolf.

Palavras-chave: Crise econômica; valor-notícia; jornalismo brasileiro.

Economic crisis: facts in a story of news values in Brazilian journalism

Abstract: Given the continued effects of the economic crisis both in Brazil and the world, and the way the media is responsible for selecting what was and is disclosed about this scenario for its audience, this article proposes a an insight at the evolution of the crisis and what was transformed into news. From a discussion of news values and an overview of the presence of the economy in journalism, an evolution of the crisis is presented in four stages – its beginning, expansion, the arrival in Brazil and the reactions to the measures taken by the Brazilian government. In each stage, it is discussed which events could be considered more interesting for journalism and suggested the main news values involved in the news production process. This deliberation is based on thinkers who critically evaluate the context of the crisis, like

Zizek and Bauman, and authors who think about journalism, such as Kucinski and Wolf.

Keywords: Economic crisis; news value; Brazilian journalism.

Introdução

A longa crise econômica iniciada em setembro de 2008 parece concretizar o que Milton Santos (2001) previa ao pensar a divisão da história do capitalismo por períodos entrelaçados por crises: que o mundo passa por um período em que variáveis de crise estão por toda parte e a tudo influenciam. Inclusive o jornalismo. É nesse mesmo mundo globalizado que tais variáveis se chocam e exigem constante redefinição. O resultado de tudo isso é o que parece ser uma ideia de crise econômica permanente, cujos fatos são atrativos para além da especialização do jornalismo econômico.

Justamente porque a crise não representa apenas uma fase de transição lenta e tem demonstrado sua força como turbulência duradoura e quase onipresente, é importante entender que sua gravidade deixa de ser o novo, o inusitado ou o chocante. Ela não mais carrega a condição da novidade como valor-notícia responsável pela seleção do que deve ser divulgado na mídia, o que significa que não é mais parte das “novas” notícias e passa a ser um acontecimento recorrente, marcante e com consequências que se mostram persistentes até hoje.

Dentro dessa ideia, este artigo propõe um exercício de olhar sobre as fases da crise econômica mundial e no Brasil e avaliar o que poderia ser percebido como notícia em cada momento. O objetivo é abordar os fatos que fazem parte da sua história e que saem da esfera da economia e são transportados para notícias que não só do jornalismo econômico. São as que invadem o jornalismo internacional e sociopolítico. Trata-se, portanto, de uma trajetória que pensa o poder de representação de cada fase e como os valores-notícia se transformam de acordo com a época em que estão inseridos.

Este trabalho é composto por uma breve introdução dos processos de seleção de notícia, dos conceitos de noticiabilidade e valor-notícia. Em seguida, é feita uma apresentação de quatro momentos que compõem a evolução da crise – seu início; a propagação para o resto do mundo; seguido de sua chegada no país; e, por último, as

políticas econômicas de reação propostas pelo então governo brasileiro – com os respectivos fatos que se mostraram mais interessantes para o jornalismo.

A economia como notícia

Como primeiro passo, é importante abordar como os meios de comunicação selecionam, entre tudo o que acontece, o que é interessante para ser veiculado como notícia. Para Wolf (2003), é primordial determinar quais acontecimentos são suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias. Esse processo é determinado pela noticiabilidade, entendida como um conjunto de requisitos derivados da cultura profissional que precisam fazer parte de cada fato para que se torne público no formato de uma notícia. Ou seja, é o modo como cada veículo informativo avalia os elementos de um evento para decidir se deve divulgá-lo ou não.

Nesse sentido, Silva (2005) pondera que a noticiabilidade pode ser todo e qualquer fator que interfira no curso de produção da notícia. A autora lista aspectos do fato, como suas características, os julgamentos pessoais do jornalista, a cultura profissional, as condições profissionais, a relação com as fontes, entre outros. Para os dois autores, qualquer que seja o critério, essa definição acaba por influenciar sobre o que é/deve ser noticiado e sobre que modo é/deve sê-lo.

O valor-notícia contribui exatamente por ser parte desse método de trabalho de definição do que é selecionado por meio da atribuição de valores a um evento. É então uma característica do fato, um atributo, uma qualidade que interfere na hierarquia e no tratamento do material que passa pelo filtro dos produtores da notícia. Isso significa que existe “um mapa, código, perspectiva ou esquema que orienta o trabalho do jornalista, que os auxilia no campo do saber de reconhecimento. Esse saber de reconhecimento é a capacidade de identificar quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia” (SILVA, 2005, p. 100).

Dentre os principais valores-notícia, Wolf (2003) destaca a importância dos indivíduos envolvidos, o interesse nacional, a quantidade de pessoas envolvidas e a possibilidade de evolução do fato. Já Lage e Erbolato (apud SILVA, 2005), mencionam valores como proximidade, interesse pessoal, envolvimento de grandes somas de dinheiro, raridade e atualidade.

Particularmente dentro do universo da especialização, é possível propor um olhar sobre a presença da economia no jornalismo. O econômico, em geral, pode ser entendido como a seleção de notícias centradas nos mais diversos assuntos da economia e mundo financeiro e sua interligação de variáveis que interferem na realidade de um país (QUINTÃO, 1987).

Enquanto a cobertura feita pelo jornalismo em geral engloba a transformação de acontecimentos excepcionais em notícias, Kucinski (1996) avalia que o econômico possui certa peculiaridade: seu interesse pela transformação da realidade econômica e a contínua interdependência entre os fatos. Ou seja, alimenta-se do que é atual e também de referências já estabelecidas por Wolf (2003), Erbolato ou Lage (apud SILVA, 2005), a exemplo do interesse pessoal, importância nacional, possibilidade de evolução futura e quantidade de dinheiro envolvida.

Uma crise econômica, nesse sentido, funciona como um evento composto exatamente pelos valores-notícia mencionados acima. Aspecto que pode ser complementado por Lene ao propor uma discussão sobre como um (possível) cenário de crise serve de material para o jornalismo econômico. A autora explica que a força da ideia de risco e a urgência de tentar administrá-lo, principalmente em um país considerado periférico como o Brasil, são cada vez maiores no mundo das finanças, em que

novos instrumentos aparecem a um ritmo estonteante, novos mercados estão crescendo mais rapidamente do que os antigos, e a interdependência global torna a administração do risco cada vez mais complexa. A insegurança econômica, sobretudo no mercado de trabalho, gera manchetes diárias em veículos de comunicação (2013, p. 406).

E é exatamente essa a conjuntura da crise econômica mundial. A combinação da abstração do mundo financeiro com as consequências derivadas para a esfera concreta abastece não só o jornalismo econômico com necessárias informações sobre as causas da crise e suas possíveis consequências, como com análises, previsões e juízos de valor. O ponto central é que, dado que tais consequências não são apenas econômicas, e englobam de fato impactos sociais como índices de pobreza e convulsões sociais derivados do desemprego e transformações políticas envolvidas nas decisões nacionais e

supranacionais para contenção, a crise supera as fronteiras do jornalismo econômico e passa a ser selecionada também para ser notícia em outras editorias.



Uma evolução da crise em quatro momentos: na economia e no jornalismo

O início

Ao defender que a única crise que seria hegemonicamente preocupante seria a financeira, Santos (2001) quase construía um prognóstico sobre a persistência da crise atual e seu impacto profundo sobre os mais diferentes aspectos da sociedade. E, embora o dinheiro do setor financeiro seja fluído, relativamente invisível e praticamente abstrato, o que aconteceu a partir de 2008 foi uma crise econômica mundial concreta, com consequências que perduram até hoje e afetam diretamente as esferas da produção real econômica, social, política e também moral de praticamente todos os países do mundo.

Em um primeiro momento, a crise pode ser pensada em seu começo, ainda nos Estados Unidos, com a expansão do seu mercado imobiliário em 2001 e o excesso de crédito barato em um cenário de redução das taxas de juros. Aquela fase em muito poderia ser explicada pelo aumento da especulação financeira e de um movimento de compra/venda de casas com dinheiro de empréstimos e crédito de bancos e empresas hipotecárias e financeiras.

O aspecto central daquele momento, conforme Bauman (2010b), está centrado em uma característica inerente ao capitalismo, de urgência contínua de expansão para novas áreas. E as novas áreas, nesse cenário, estão voltadas para o consumo e recursos como créditos mais baratos – apesar de alto risco e baixa qualidade –, no intuito de atrair faixas mais pobres para que fossem incluídas na nova bolha consumidora.

Faz sentido aqui pensar em Zizek (2010), para quem é do próprio capitalismo tentar sempre evitar que as necessidades do consumidor sejam completamente satisfeitas e, para tanto, precisa continuamente induzir e ampliar novas necessidades e novos clientes. Foi o caso dos empréstimos excessivos gerados precisamente para criar e incentivar necessidades, inclusive de novos empréstimos por meio de mais crédito.

Já em 2006, o preço dos imóveis norte-americanos começou a cair e houve uma contração do crédito, dando início a uma nova conjuntura, em que o mercado imobiliário dava seus primeiros sinais de problema, seguido pelos antigos

emprestadores (bancos e empresas hipotecárias e financeiras). Como resultado, bancos tradicionais e grandes empresas hipotecárias, a exemplo do Citigroup, do Bear Stearns e do Lehman Brothers, começaram a sofrer os efeitos e entraram em processo de falências e concordatas. Inaugurava-se assim a crise financeira mundial.

De acordo com Zizek (2010), no entanto, as evidências já eram bem perceptíveis e um tanto discutidas nas reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), com queixas contra o modo como os bancos criavam a ilusão de crescimento quando, na realidade, usavam um dinheiro de ficção. E até hoje, as soluções não são claras e nenhuma medida de salvamento tem se mostrado totalmente eficaz.

Logo, foi montado um cenário em que, com o crescimento do desemprego, o consumo foi reduzido e a economia real foi prejudicada. Por sua vez, os bancos e investidores com menos capital e mais receio de emprestar reduziram o crédito e outras condições de financiamento, o que também abalou o nível de crescimento.

Para o jornalismo, parece também ter havido uma evolução na mesma linha, que parte da seleção de notícias por critérios mencionados por Wolf (2003) de consequências diretas da crise para a estabilidade econômica do país, abarca uma crescente parte da população e tem diversas possibilidades de se desenrolar no futuro. Estão, portanto, relacionados, em primeiro lugar, aos fatos do mercado financeiro, aos envolvidos, às quebras dos bancos e a uma tentativa de compreensão de suas causas. Em segundo, há o lado mais concreto, centrado nos canais de transmissão até a esfera real, as consequências para a produção industrial e o aumento dos índices de desemprego, acompanhados pelas medidas de contenção.

Assim, a fluidez e a invisibilidade do dinheiro financeiro foram concretizadas não só nas histórias/depoimentos reais, mas nas narrativas jornalísticas. Isso porque o aumento do nível de pobreza e da desigualdade social foi (e ainda é) uma consequência inegável da crise financeira mundial, especialmente nos países até pouco considerados os mais ricos do mundo. Além disso, houve também um distanciamento entre as condições de cada país e, enquanto nos mais ricos surgia uma nova periferia, nos periféricos tal estado se agravava e acabava por perpetuar sua exclusão.

Assim como Sousa Santos (2001) defende que o capitalismo não possui soluções modernas para seus problemas modernos, Bauman explica que o modelo “se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los” (2010b, p. 7), e o grande reflexo da crise financeira mundial foi a piora das condições de vida e a insatisfação de uma grande

parte da população. Além das manifestações, os meios de comunicação registraram o aumento do nível de desemprego, da pobreza e da desigualdade social e o fracasso de suas tentativas de contenção.

É interessante pensar criticamente como a contínua exposição de narrativas pode levar à neutralização de seu impacto. No caso de imagens que acompanham as notícias de manifestações ou filas para empregos, por exemplo, há uma perda do efeito de choque. Perdem sua capacidade de surpreender, de conter o trauma que já é carregado de sentido e sobre o qual não é preciso dizer mais nada (BARTHES, 1982) e passam a produzir conotações novas e, mais, produzir conotações desprovidas de conflito e comoção. Isto é, perdem sua condição de *punctum* que, para Barthes (1984), é o que chama e atrai o leitor, pois “as fotos chocam na proporção em que mostram algo novo” (SONTAG, 2004, p. 30). Com a exposição repetida de uma mesma imagem ou de um mesmo tipo de imagem, o acontecimento se torna mais distante, fica desgastado e neutralizado.

Como resultado, a violência contida nos motivos para cada manifestação ou o choque de visualizar a fragilidade na separação social de um país até recentemente considerado rico e que passa a ter um grande número de pobres ou filas gigantes para desempregados em busca de vagas tornam-se cada vez menores e cada vez mais parte do cotidiano. E cada fato que parecia impensável se torna comum e familiar e perde seu valor de atualidade e novidade, ou de notícia.

A propagação

No mundo globalizado, a extensão da crise financeira não parou nos Estados Unidos e logo se estendeu para os demais países. No caso da crise do Euro, a questão foi agravada por envolver um grupo de países heterogêneos com uma mesma moeda, sem uma política fiscal/monetária e um governo comum a todos. (KRUGMAN, 2012).

O mercado financeiro pouco regulado permitia que o dinheiro circulasse com facilidade e logo a “periferia da Europa” estava mais endividada. Para conter a situação, os governos locais também se endividavam ainda mais em busca de conter a falência de seus bancos, e o crescimento se reduzia, dando início a um novo ciclo negativo.

A dificuldade de solucionar uma crise dessa magnitude e entrelaçamento tornou-se mais grave. A União Europeia, em conjunto com o FMI, recomendou contínuas medidas de austeridade e novos cortes de gastos dos governos nacionais como medidas

para contenção, o que, para esses países periféricos, representava uma sensível piora na sua situação.

Mas, qualquer que seja a recomendação, é fato que até hoje não se sabe ainda muito bem como lidar e muito menos como solucionar a crise financeira. Constituiu-se, desta maneira, um estado de emergência econômica, em que as medidas de corte de benefícios e redução de serviços gratuitos de educação e saúde marcaram o fim do estado de bem-estar social e, mais, em que cresceu o nível de desigualdade social até nos países considerados ricos/desenvolvidos. A economia tornava-se dominada pelo mundo do mercado financeiro e suas regras e técnicas que se justificam por si mesmas (ZIZEK, 2011; STIGLITZ apud HACKER; PIERSON, 2012).

Percebe-se então que o aumento do nível de pobreza e da desigualdade social se traduz como uma consequência inegável da crise financeira mundial. Segundo Zizek (2011), esse contexto de crise financeira mundial representa mais uma fase do sistema capitalista, e o autor prevê exatamente a intensificação do pensamento dominante, e não do seu questionamento. O efeito pode ser não só uma ascensão do fundamentalismo de mercado, que atribui a culpa da crise ao fracasso das concessões feitas, mas também a um recrudescimento do tipo de fundamentalismo que estimula o racismo, apoia mais guerras e facilita o aumento da pobreza e de uma divisão maior entre ricos e pobres em todas as sociedades; tudo como parte de uma narrativa que atribui responsabilidades não ao capitalismo como tal, mas aos pequenos desvios secundários e contingentes.

Em contraste com o pessimismo de Zizek, Bauman (2010b) considera que uma alternativa é necessária e urgente, sobretudo porque não chegamos ao ponto a partir de onde não há retorno. É possível mudar o rumo e contar nova história: seja sobre um novo padrão econômico decorrente da crise financeira mundial, seja sobre novos modos de apreender o mundo, que ganham espaço com a deficiência dos paradigmas de pensamento atuais.

Relacionando a tese de Bauman sobre a falta de soluções oferecidas pelo capitalismo (2010b, p. 7) e a de Sousa Santos (2006), para quem vivemos com dificuldades (decorrentes da não realização de suas promessas) para as quais não temos soluções modernas, a crise financeira atual nos dá uma boa evidência de que a premissa dos autores era verossímil. Foram criados transtornos nessa nova fase financeira do capitalismo, e suas promessas de melhores condições de vida/renda/moradia não foram cumpridas. Ao contrário, há evidências de uma crescente desigualdade no mundo, e

seus próprios fechamentos – pacotes de austeridade, mais força no setor bancário – não avançam na melhoria da situação.

Por isso, quando notícias abordaram manifestações de franceses pedindo por melhorias sociais ou gregas contestando as medidas recomendadas pelo FMI ou pelo Banco Mundial, talvez estivessem anunciando o efeito desestabilizador da crise econômica sobre o modelo ocidental. Talvez estivessem também vinculando a falência do modelo à sua incapacidade de satisfazer as necessidades da população. Cada reportagem ou cada imagem divulgada sobre as manifestações representa o questionamento da homogeneidade das fórmulas e receitas tradicionalmente aplicadas e recomendadas pelas instituições multilaterais que não funcionaram da maneira esperada pelas instituições que as instauraram.

É nesse contexto que os meios jornalísticos sentiram a necessidade de apoio de especialistas. São economistas, mas também sociólogos e historiadores que ajudaram a entender os questionamentos feitos sobre a liberdade do mercado financeiro e sobre o neoliberalismo na qualidade de responsável pelo melhor funcionamento da economia. É possível inclusive pensar em como tais vozes são as que questionam sua capacidade de fornecer o único modelo de solução de problemas e de futuros possíveis.

Não só na Europa, mas no mundo inteiro, aprofundam-se as linhas visíveis e invisíveis que separam o outro até seu desaparecimento. Como explica Sousa Santos,

tudo o que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha [...] para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética (SOUSA SANTOS, 2010, p. 32).

O pensamento abissal como característica da modernidade ocidental proposto por Sousa Santos (2010) parece ter estado cada vez mais acentuado nas notícias do durante/pós-crise. Por exemplo, a divulgação do aumento da xenofobia e das leis mais restritas de imigração que enfatizaram o fato de que as linhas (abissais) que separam novos países excluídos se tornaram mais flexíveis. Enquanto Grécia, Portugal e Espanha já estavam nessa nova condição, outros até pouco tempo inabaláveis, como a França das

manifestações que clamavam por medidas sociais, estavam sempre sob ameaça de novas exclusões.

A chegada ao Brasil

Como parte de sua rápida expansão e de um comércio internacional interligado, o Brasil também sofreu as consequências de uma crise, talvez de início, importada. O interessante aqui é pensar como sua origem financeira – e abstrata – teve realmente capacidade de atingir a vida cotidiana, aparentemente distanciada de qualquer aspecto bancário ou especulativo.

Ao chegar ao país, teve um reflexo direto na bolsa de valores nacional, com uma forte queda nos mercados acionários e com a retirada de dinheiro a partir de um comportamento de aversão ao risco. E, quando faltam recursos para novos investimentos, a crise aumenta. O que levou a um novo fluxo de retirada de dinheiro, principalmente em um país ainda considerado como investimento de risco.

Com a intensificação da crise no mundo, rapidamente o setor real foi afetado: o crescimento da economia, o nível de emprego e os fluxos de comércio e investimento. É diante de tal perspectiva que a crise chegou ao Brasil por meio de vários canais, como suas contas externas, o próprio sistema financeiro e certa deterioração de expectativas. No primeiro caso, porque a desaceleração da economia mundial e a queda dos preços internacionais das *commodities* exportadas pelo país levaram a uma inversão da balança comercial e a uma fuga de capitais pela conta financeira e, conseqüentemente, a uma desvalorização do real (IPEA, 2010).

A transmissão da crise via mercado financeiro foi resultado do seu caráter sistêmico, após as perdas dos bancos com as hipotecas “*subprimes*”.¹ Segundo o Ipea (2010), a crise no setor bancário brasileiro foi diferente porque os grandes bancos brasileiros não haviam se envolvido com ativos de alto risco e optaram por alternativas mais seguras e rentáveis, como títulos públicos. A terceira via de transmissão – de deterioração de expectativas – foi decorrente das anteriores, da crise de confiança mundial que afetou essencialmente as decisões de investimento e consumo (ainda que temporariamente).

¹ De baixa qualidade e alto risco.

Nesta perspectiva, a crise logo alcançou também os canais de comunicação. Foram mostrados números e movimentos da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) diante da desvalorização do seu principal índice (o Ibovespa), que a transportaram para o universo do leitor, do ouvinte ou do telespectador. E, a cada notícia, uma nova dimensão até então distante, tanto por ser uma crise externa, quanto por ser uma crise abstrata, foi transportada para a realidade do leitor. Mais do que nunca, o valor-notícia da proximidade mostrou-se presente e como método de seleção urgente do que deve ser divulgado. Isso significa que, conforme a crise se aprofundava, o jornalismo aproximava a virtualidade do financeiro à realidade do cotidiano.

A conjuntura que seguia era de risco, desemprego, falências, quebra do sistema e de fim das reservas nacionais. E, conforme avalia Lene (2013), é esse mesmo risco que alimenta os noticiários. A autora explica que a cobertura da economia já é centrada em torno de análises, estimativas, especulações e opiniões sobre o que pode acontecer; avaliações essas feitas a partir da voz de especialistas que, no caso da crise, seriam os que ajudariam no processo de compreensão e aproximação para o mundo do consumidor de notícias.

Foram os especialistas que discutiram a reação demonstrada pelo então ministro da Fazenda (Guido Mantega) e presidente do Banco Central (Henrique Meirelles) sobre os esperados impactos na Bovespa ou sobre a alta do dólar, avaliaram o discurso defensivo das reais condições do país, questionaram a solidez econômica e opinaram sobre as medidas que seriam tomadas internamente.

Aqui é curioso (e pertinente) retomar Lene (2013) ao ressaltar a importância da informação diante do risco, particularmente diante da necessidade de tomada de decisões. O jornalismo tornou-se, portanto, uma fonte de informações fundamental para que público e privado decidissem, de um lado, como lidar com a crise de confiança e, de outro, como reagir diante da crise. Ou, como já dizia Kucinski, “para as elites empresariais e financeiras, dentro de um cenário de alto risco, as informações econômicas tornam-se mais relevantes para a tomada de decisões” (1996, p. 14).

As políticas internas de reação

Há, aqui, outro momento significativo em que os eventos saíram da esfera do econômico e avançam sobre a política, no caso, a nacional. Quintão denunciava que um “fato econômico só tem destaque na imprensa de cobertura geral quando transformado

em fato político” (1987, p. 59) e, quando o governo brasileiro passou a se posicionar e anunciar os mecanismos de defesa do país, tal inter-relação foi o fator que interferiu não só no critério de seleção, mas no de abordagem das notícias.

Quando a crise realmente chegou ao Brasil, o que se destaca na visão dos meios de comunicação foi sua gravidade e a eficácia dos métodos de contenção. Os primeiros sinais de recessão sentidos – e divulgados – são de queda das exportações devido a um menor poder de compra internacional e à dificuldade de captação de recursos no exterior, o que fez com que empréstimos ficassem mais raros – e caros –, decorrente impacto sobre grandes obras (as principais geradoras de emprego e renda), além de contração do crédito, contenção no consumo das famílias e nos investimentos das empresas. A alta do dólar, por sua vez, encareceu os produtos importados, prejudicando a balança comercial brasileira, que já perdia capacidade de exportar, e pressionou a inflação. O resultado? Redução do ritmo de crescimento do país (JACOBINI, 2013).

Tem-se aqui um desenrolar mais claro do valor-notícia presente das opções pelo quê e pelo como noticiar a situação do país. Em um primeiro momento, a ênfase foi dada para a gravidade da situação e à necessidade de decisões. Em seguida, o foco é direcionado para um posicionamento quanto às medidas anunciadas pelo então governo para conter a crise. Diferentemente das medidas de austeridade defendidas pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional, o Brasil optou por outra direção – certa reinvenção dos mecanismos econômicos tradicionais, adaptados a partir do conhecimento local –, a de atenuar os efeitos da crise externa e também de fortalecer o potencial de crescimento do mercado interno. Para tanto, houve um reforço da política social vigente em busca do fortalecimento da transferência de renda. E, com a redução da desigualdade de renda, havia também o reforço ao mercado interno pela ampliação do poder de compra das camadas de baixa renda (IPEA, 2011).

E, finalmente, houve um destaque para o relativo sucesso das medidas para força do consumo e do mercado interno. Foi, também, esse o momento em que se realçava a força das novas classes sociais e seu poder de compra como responsáveis por colocar a economia brasileira como um caso de sucesso na contenção da crise. A grande chave para o jornalismo passava a ser como,

ao explorar a amplitude de uma demanda até então não preenchida, a política econômica aproveitou para revigorar o mercado interno através de mecanismos de fortalecimento da

renda das classes mais baixas como reajustes do salário mínimo acima dos índices inflacionários, controle da inflação e outras medidas de estímulo às compras (JACOBINI, 2013, p. 96).

Considerações finais

É importante pensar que, mesmo com o sucesso relativo na contenção da crise e de recuperação de certa trajetória de crescimento, “essa experiência negativa trazida pela deterioração do ambiente externo evidenciou que a economia brasileira se encontrava, e ainda se encontra, muito vulnerável aos efeitos de oscilações nas variáveis externas como o mercado de capitais e a demanda externa por exportações brasileiras” (IPEA, 2011, p. XX).

O que significa que, ainda que a crise brasileira não tenha sido tão grave quanto a que afetou países muito mais ricos e que tenha sido possível evitar uma ruptura financeira, tal situação foi pontual. Ou melhor, embora a rapidez da expansão da crise e seu domínio dos mais diversos espaços tenham sido inéditos, sua recuperação não tem demonstrado a mesma brevidade temporal, o que é perceptível por efeitos que permanecem graves até hoje. Talvez Zizek (2011) tenha razão e a crise financeira mundial represente mais uma fase do capitalismo; não sua falência, mas uma distorção em sua prática e cuja solução deve partir de um momento de conscientização sobre esses problemas. E isso só ocorreria caso fosse simbolizada ou contada como tal, inclusive pelo jornalismo.

Isso significa que, dada a permanência de seus efeitos e a consequente redução do valor atualidade/novidade, é possível pensar que a seleção a partir do interesse nacional engloba mais que isso. Engloba inclusive uma percepção de crises como oportunidades para mudanças. Portanto, um evento tão noticiado quanto a recente crise econômica mundial dificilmente deteria o poder de prever todos os efeitos de recepção, por mais dentro de uma narrativa que esteja, e é por esse motivo que poderia ser importante propor novas abordagens.

Uma ideia seria a de compreender o Brasil como local de convivência de várias crises, tanto as decorrentes do modelo de capitalismo e da ênfase na economia (o que inclui a financeira internacional), quanto aquelas decorrentes das turbulências constitutivas, produtivas em si e que criam constantes processos de atualização, troca e interesse pelo outro. São crises que também extrapolam as notícias de economia e do

jornalismo econômico, mas que nem sempre contêm as qualidades para que se encaixem no padrão de seleção das narrativas jornalísticas.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010a.

_____. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010b.

CARDOSO JR., José Celso (coord.). *Brasil em desenvolvimento 2010*: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

HACKER, Jacob; PIERSON, Paul. What Krugman and Stiglitz can tell us. *New York Reviews of Books*, v. 59, n. 14, 27 set. 2012.

HESSE, Martin; SCHULZ, Thomas. Paul Krugman on Euro rescue efforts: 'Right now, we need expansion'. *Spiegel Online International*. 23 mai. 2012. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/business/interview-with-economist-paul-krugman-on-euro-zone-rescue-efforts-a-834566.html>.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. *Imagens da crise*: em busca de outras vozes. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. São Paulo: Edusp, 1996.

LENE, Hérica. *Jornalismo de economia no Brasil*. Cruz de Almas: Editora UFRB, 2013.

NETO, Aristides Monteiro (coord.). *Brasil em desenvolvimento 2011*: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2011.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, UFSC, v. II, n. 1, 1º sem. 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.